

Política

Senado “Não há negociação possível ante uma questão que se tornou pública”, disse Renan

Sob risco real de cassação, ACM e Arruda agravam crise institucional

Ricardo Amaral e
Marcelo de Moraes
De Brasília

Pivôs da mais grave crise institucional da história do Senado, o ex-presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PSDB-DF) ficaram praticamente isolados pela convicção, generalizada, de que seriam verdadeiras as denúncias de terem sido os mandantes da violação do painel na cassação do ex-senador Luiz Estevão, em junho passado. Arruda foi obrigado a se afastar da liderança do governo. Antonio Carlos tem solidariedade apenas formal do PFL, mas o partido deixou claro que não o salvará da punição se for provado seu envolvimento.

Resumindo: correm risco real de cassação, embora o relator do caso do painel no Conselho de Ética, Roberto Saturnino Braga

(PSB-RJ) defenda com ênfase que sejam perdoados “se contarem toda a verdade e explicarem as razões de seu erro”. Ao fazer a proposta, em aparte ao senador Eduardo Suplicy, Saturnino fez seu segundo pré-julgamento no caso. Duas semanas atrás, antes da chegada do laudo técnico que comprovou a violação do voto secreto, disse que o caso deveria ser encerrado por falta de provas. Mudou de idéia.

“Não será falta de decoro, mas um crime gravíssimo contra a democracia”, disse o senador Roberto Freire (PPS-PE). “Confirmado, deve ser objeto de denúncia ao Ministério Público”. Um clima de tensão tomou conta do Senado depois do depoimento da ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, que confirmou, com detalhes e veemência, as conversas que teve com os dois senadores no episódio. O depoi-

mento foi discutido no gabinete do presidente Jader Barbalho (PMDB-PA) e a conclusão foi de que o envolvimento de dois senadores dessa importância era gravíssimo para a credibilidade das instituições.

A suspeita foi reforçada pelo líder da Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), que narrou ao Conselho o que todo o senado já sabia: Arruda falara sobre a violação antes da sessão secreta de 28 de junho e Antonio Carlos, dias depois, disse: “A sua líder (Heloísa Helena do PT-AL) não votou com a gente”. “Considerarei tão ridícula a ilação (de que haveria uma lista) que não dei importância ao episódio”. Com as novas revelações, no entanto, Dutra considera que “estão amarradas as pontas”.

Arruda teve sua situação complicada porque seu álibi não convenceu a maioria dos senadores

nem o presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele havia listado o que seriam todos os locais em que estivera na véspera da cassação, mas deixou uma lacuna exatamente na hora em que Regina Borges afirma ter estado na casa do senador para receber a ordem de violação. O presidente deixou que o próprio Arruda anunciasse seu afastamento, para não dar a impressão de pré-julgamento e deixar a impressão de que o problema restringe-se ao Senado. Arruda deixou de receber a Ordem do Mérito Militar, ontem pela manhã, para ir ao Senado encenar um afastamento voluntário. “Meditei muito e achei melhor esperar fora do cargo que minha inocência seja provada”, disse.

A executiva do PFL divulgou nota de três frases para anunciar que acompanha “com atenção especial” as investigações e que

“confia no depoimento prestado em plenário pelo senador Antonio Carlos Magalhães” na terça, quando ele negou seu envolvimento. “Trata-se de um gesto para o senador, mas não é uma afronta aos demais partidos nem às investigações”, disse o vice-presidente do partido, senador José Agripino (RN). No Conselho de Ética, a tropa de choque do senador resumiu-se aos seus colegas da Bahia, Waldeck Ornêlas e Paulo Souto.

Alguns senadores do PFL e do PSDB tentaram esboçar um “acórdão” com o objetivo de salvar Arruda e Antonio Carlos, em troca de um cessar-fogo com Jader Barbalho, mas esbarraram na resistência da maioria dos tucanos e do PMDB. “Não há negociação possível diante de uma questão que se tornou pública”, rechaçou o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).